



A desterritorialização das rádios comunitárias legalizadas do Sertão Nordeste na web. O caso da FM comunitária Família: do Sertão do Piauí para o Mundo¹

Orlando Maurício de Carvalho Berti²

Universidade Metodista de São Paulo
Universidade Estadual do Piauí (UESPI – campus de Teresina – PI e Picos – PI)
Universidade R.Sá (URSA – Picos – PI)

Resumo

Mostramos neste trabalho como ocorre a desterritorialização da comunidade e do local através da Internet, destacando o caso da FM comunitária Família, em Piripiri, Sertão Norte do Piauí. Frisa-se como uma emissora que tem por papel ser uma rádio local transpõe esse espaço através da Internet, fazendo mais sucesso na Web do que na própria localidade. Mostra-se como ocorre esse processo, identificando suas peculiaridades e ainda entendendo como funciona o instrumento dessa desterritorialização: o sitio da emissora: **www.fmfamilia.com.br**. Mesmo sendo uma rádio comunitária que tem função legal e histórica territorial, os caminhos também, via web, abrem leques para maior integração da comunidade, principalmente os piripirienses que não residem na cidade, mas que podem acompanhar o dia a dia de seu município através da Grande Rede e pela emissora comunitária.

Palavras-chave

Rádio Comunitária; Rádio comunitária na Internet; Sertão do Piauí; Piripiri; FM Família.

1. As rádios comunitárias e sua transposição para a Internet

1.1. O que é uma rádio comunitária

As rádios comunitárias por serem mídias orais e de fácil acesso terminam sendo uma das principais formas de representação comunitária, dos locais excluídos, principalmente de uma exclusão midiática convencional. Segundo COGO (2004, p.45)

¹ Trabalho apresentado no GT – Mediações e Interfaces Comunicacionais, do Inovcom, evento componente do X Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste.

² Mestrando em Comunicação Social da UMESP – Universidade Metodista de São Paulo, onde estuda os processos comunicacionais nas rádios comunitárias legalizadas do Sertão do Piauí. Professor e pesquisador da área de Fotojornalismo e Comunicação Comunitária da Universidade Estadual do Piauí – campus de Teresina e de Picos. Professor e pesquisador de temáticas sertanejas ligadas à comunicação do Sertão do Piauí da Universidade R. Sá, em Picos – PI. Email: **orlandoberti@yahoo.com.br**.



esse tipo de comunicação, baseando-se, principalmente, em rádios comunitárias marca-se por demandas pautadas em micropolíticas identitárias e reivindicatórias de setores sociais específicos. Ou seja, reivindica-se o que é comum, o que é mais pautado para os interesses daquele nicho comunitário, utilizando-se mídias da e para a comunidade.

Sandra Sueli Garcia de Sousa (1997) classifica a história das rádios comunitárias brasileiras em quatro momentos distintos, sendo o primeiro a fase das rádios não-oficiais quando as emissoras eram colocadas no ar quase que por ingenuidade, como emissoras apenas para reverberar sons e pequenas idéias de jovens; o segundo momento é o do hobbie, onde as emissoras, ainda sem caráter politizador, servem como forma alternativa de tocar músicas para tribos urbanas; os terceiro e quarto momentos são mais politizados, surgindo as emissoras livres, tendo como principal meta a democratização do que é reverberado pelas antenas do rádio, diferenciando os dois momentos o fato do último ser o da vivência da legalização das emissoras comunitárias. Destacando o que Luiz Fernando Santoro já enfatizava em 1981: a expressividade pelas antenas democratiza.

O fim das ditaduras nos anos 80 na maioria dos países latino-americanos, a perda de espaço da chamada Igreja progressista ligada à Teologia da Libertação, as lutas sociais que culminaram com a institucionalização de projetos como o das rádios e das televisões comunitárias no Brasil no final dos anos 90, a aceleração dos processos de segmentação e fragmentação tecnológica, com a expansão da Internet, contribuíram para pluralizar o cenário comunicacional e midiático. O que favorece uma apropriação crescente do próprio termo comunitário pelos sistemas massivos de comunicação, contribuindo não apenas para o alargamento da polissemia e dos usos dessa terminologia em diferentes setores sociais, mas também para a redefinição do caráter político atribuído a muitas experiências e projetos que se desenvolveram pautados pela oposição às mídias massivas ou, ainda, por uma noção universal de “local” e de “pertencimento”, muitas vezes, circunscrita mais a uma espacialidade geográfica ou a uma territorialidade específica e menos a uma espacialidade simbólica (COGO, 2005, p. 05).

Destacando assim o sucesso das emissoras de rádio comunitária:

A prática tem demonstrado que pequenas emissoras comunitárias tem conseguido índices altos de audiência e de aceitação pelas comunidades locais. Primeiro porque desenvolvem uma programação sintonizada com os interesses, cultura e problemática locais. Segundo porque têm revelado grande capacidade de inovar programas e linguagens, o que as diferenciam das FMs tradicionais. Terceiro porque acabam revelando um grande potencial de atrair os anunciantes locais tanto pelo preço mais baixo das inserções, quanto pela possibilidade da alta segmentação de mercado, ou seja, atinge diretamente o público-alvo do anunciante local (PERUZZO, 1998c, p. 07).



Uma emissora de rádio (incluindo-se assim as comunitárias), segundo MCLEISH, 2001 (p. 15-18): forma imagens, fala para milhões, fala para cada indivíduo, é veloz, não tem fronteiras, é simples e é barata, ou seja, comparada com outras mídias, tem baixo custo de operação e manutenção, não necessitando de técnicos de alta especialização. Atualmente com pouco menos de R\$ 10 mil se monta uma emissora de rádio, valor extremamente inferior a um jornal impresso ou emissora de TV.

Luiz Artur Ferrareto (2001) conceitua as rádios como sendo: comerciais, educativas e comunitárias, sendo uma rádio comunitária como sendo as rádios que operam com frequência modulada, com transmissores de baixa potência e antenas não superiores a 30 metros de altura, sendo que tais rádios devem atender a comunidade onde estão instaladas, difundindo idéias, elementos culturais, tradições e hábitos locais, além de estimular o lazer, a integração e o convívio, prestando ainda serviços de utilidade pública. Frisando ainda que o rádio é um meio de comunicação com audiência ampla, anônima e heterogênea, bem como meio com mensagens definidas com uma base de gosto, sendo que tem um retorno baixo, uma vez que a mensagem é emitida e o receptor não tem como responder, imediatamente, em sentido contrário, a recepção é simultânea e depende de venda de patrocínios para se manter.

O rádio é, para muitos, o meio alternativo por excelência, pois é um meio de operação bastante simples e barato. O custo de produção das mensagens são mínimos e a relação custo/penetração é excelente: um pequeno transmissor portátil de rádio pode cobrir grande áreas. Além disso, permite a imediatividade da informação e, como quase todo mundo possui um receptor, o circuito de difusão está garantido (SANTORO, 1981, p. 100-101).

Uma rádio que emita para a comunidade mensagens criadas com essa comunidade onde os papéis de receptor e produtor não sejam paralisados. Não é para ser sobre, mas com a comunidade, devendo ser um instrumento como opção nas diversas frentes de luta por uma sociedade democrática. José Ignacio López Vigil (2003) destaca que uma rádio comunitária não se distingue apenas pela potencia do sinal, não sendo só para áreas rurais, para populações em locais distantes dos centros urbanos, não são periféricas, nem provisórias, se desenvolvendo nos mais diferentes tipos de comunidades. Já Ana Luísa Gomes (2007) destaca que dos vários tipos de terrenos as rádios comunitárias podem ser analisadas do ponto-de-vista financeiro, principalmente por ser vítima das grandes emissoras que não dão espaço às pequenas como é o caso das rádios comunitárias, pois, notadamente em termos do local, essas emissoras dão voz às



demandas concretas das suas comunidades, podendo significar uma perda de hegemonia e audiência real dos grandes veículos de comunicação.

Segundo PAIVA (2003, p. 139) uma das razões para a criação de um veículo comunitário é a vontade de produção de um discurso próprio, sem filtros e intermediários. Para COGO (2004, p.45), a comunicação comunitária é um tipo de comunicação que se baseia principalmente nos modelos das rádios comunitárias, reivindicando o que é comum, o que é mais pautado para os interesses do nicho comunitário. Coelho Neto (apud BAHIA, 2006) acredita que as rádios comunitárias tenham sido criadas para ocupar as “lacunas deixadas pelas emissoras de médio e grande porte que, em geral, não se prestam a servir as pequenas comunidades, como as do interior ou de bairros de grandes cidades”. Ele entende que tais emissoras estão voltadas para um público mais amplo e diversificado, que não é atendido por veículos da grande imprensa, já que estes “não mergulham nas especificidades dos pequenos conglomerados, mas cujas ilhas, quando somadas, representam um universo considerável”.

Mas esse histórico de perseguições ainda continua. Segundo os professores cariocas Eduardo Granja Coutinho e Raquel Paiva (2007) no Brasil apenas sete grupos controlam 80% de tudo o que é visto, ouvido e lido no País. Eles debatem a hegemonia de poucas mídias nas mãos de mais poucos ainda em decorrência da maioria, praticamente sem mídia, sem voz. É nesse contexto que as mídias comunitárias ajudam a realizar contraponto e instigam novas visões. Mas estar nesses lugares, nessa exclusão, não significa, pura e simplesmente fazer parte, como alerta:

O fato de uma comunidade estar organizada, entretanto, não significa que os indivíduos que a formem participem efetivamente de decisões e demais atividades. Custa às pessoas entender a necessidade da participação e, mais que isso, fazer valer o direito que lhes é assegurado em diversos documentos nacionais e internacionais. A intenção de participar da vida comunitária pode ser motivada por diferentes ambições, dependendo das pretensões de cada indivíduo. Mas, por se tratar de uma forma de organização político-social, é indispensável que todos os envolvidos nessa experiência comum partilhem ao menos certos valores que vão permitir o reconhecimento dos outros como aliados e o próprio reconhecimento (MANSANO, 2004, p.05).

Que ainda critica que no Brasil a participação é um direito e um dever de difícil exercício. O mesmo Fábio Mansano (2004) reconhece que as rádios comunitárias representam hoje, sem dúvida, um dos passos mais importantes dados pela sociedade brasileira no caminho da democratização dos meios de comunicação.



1.2. As rádios comunitárias na Web

Com a expansão das rádios comunitárias no Brasil que, mesmo com histórica perseguição e campanhas contrárias tratando-as de “pirata”, “ilegais” e apenas como reproduzoras das mídias convencionais, suas novas relações com o local, sua transposição e interação com as novas tecnologias, principalmente as tecnologias da virtualidade, caracterizam-se como um novo passo e uma nova onda dessas emissoras, onda que pode ser positiva, principalmente no sentido da socialização por novos canais, dos ideais da comunidade, trazendo a possibilidade de novos caminhos para o social, cumprindo um dos objetivos básicos das emissoras comunitárias: atender a comunidade, agora em uma nova conjuntura, territorial ou não.

Os meios online como formas de congregação de mídias (sons radiofônicos propriamente ditos, textos informativos e reflexivos, históricos e ideológicos e até imagens estáticas – fotografias – ou dinâmicas – vídeos) só têm a ajudar as rádios na web, principalmente as rádios comunitárias que no Brasil, por conta de dispositivos legais, as impede de ter grande alcance territorial, muitas vezes sequer podendo cobrir territorialmente toda a comunidade.

Com o espaço expandido para a web essa lacuna pode ser dirimida e ainda ser motivo para abertura de novos espaços.

O conceito de rádio na Internet está ainda por definir, mas uma rádio com texto e vídeo, foge ao modelo tradicional, atualizando um formato com cerca de oitenta anos de existência e fornecendo ao utilizador, que é também ouvinte, um amplo conjunto de potencialidades, que até aqui seriam impensáveis (CORDEIRO, 2006, p. 02).

A pesquisadora ibérica Paula Cordeiro ainda destaca que as rádios (onde colocamos também a possibilidade das rádios comunitárias) na web podem trazer novos caminhos no sentido de usabilidade, ampliando-se seu leque também como meios de comunicação de massa, onde para isso:

Promove-se uma nova discursividade, pela combinação de elementos de linguagens diferentes, menos singular, mas contudo, mais rica, por via da utilização multimídia na construção da sua mensagem. A extensão da rádio para a Internet, acarreta algumas transformações nas principais características deste meio que assim se aproxima da especificidade da comunicação na Internet, mantendo em relação à rádio tradicional, a difusão sonora. (...) Neste novo modelo, o sistema expressivo da rádio decompõe-se e multiplica-se,



adicionando mais elementos ao som, num caminho que poderá vir a desvirtuar a sua importância e transformará o website de uma rádio num espaço multimídia onde a emissão radiofônica é apenas mais uma das propostas que a rádio tem a oferecer (CORDEIRO, 2006, p. 06).

A professora Cicília Peruzzo (2006) encara como apoderamento social das tecnologias quando a rádio comunitária é transposta e desterritorializada para a Internet. Cicília Peruzzo, que atualmente é uma das maiores estudiosas do País na área de Comunicação Comunitária e coordena o Comuni³ questiona os motivos de que as rádios comunitárias, que têm vocação local, galgam ou tentam galgar espaços em um ambiente comunicacional de alcance mundial como é a Internet.

Ou seja, termina sendo um paradoxo um meio de comunicação teoricamente local, fazendo sucesso na virtualidade.

Cicília Peruzzo (2006) ainda destaca que as rádios comunitárias na Internet podem estar em duas modalidades, as rádios online propriamente dita, com reverberação da programação da emissora física no sítio e as rádios offline, as que a programação são gravadas e destacadas no sítio da emissora, mantendo apenas informações institucionais da emissora, como histórico, apresentação, objetivos da emissora e informações da cidade cujo qual estão localizadas fisicamente.

Certamente o papel social das rádios comunitárias ainda se circunscreve de forma mais expressiva no âmbito das comunidades territoriais e através das tecnologias de comunicação tradicionais. São mais eficientes “no ar” do que “on-line”. Mas, sua presença na Internet expressa uma demanda pela democratização da comunicação, um avanço do processo de empoderamento social das tecnologias e, ao mesmo tempo, contribuem para a integração na sociedade: revelam a existência de um outro mundo, tão real quanto desconhecido de muitos cidadãos (PERUZZO, 2006, p. 124).

No estudo da professora Peruzzo as rádios online ainda eram minoria, mas com tendência crescente, ou seja, de em breve suplantarem as rádios offline na Internet.

Fisicamente ou online a expansão dos meios de comunicação pelas novas tecnologias vêm ajudado na reverberação de novas vozes, principalmente em locais como o Sertão do Nordeste, historicamente relegado à planos inferiores, principalmente da distribuição de meios de comunicação de massa.

³ Comuni – Núcleo de Estudos em Comunicação Comunitária da UMESP – Universidade Metodista de São Paulo, em São Bernardo do Campo – SP, que reúne virtualmente e fisicamente (mensalmente) pesquisadores do País na área de Comunicação Local e Comunitária. O Núcleo tem produção efetiva na área e anualmente promove encontro no segundo semestre.



2. A FM Comunitária Família, em Piripiri, Sertão do Piauí

A FM Família foi uma das primeiras rádios comunitárias do Piauí e atualmente é uma das poucas emissoras comunitárias legalizadas do Sertão do Estado e uma das poucas rádios que se propõe a tentar ser comunitária em território piauiense.

Atualmente⁴, segundo o Ministério das Comunicações (2008), o Piauí tem 60 rádios comunitárias legalizadas, dessas, 34 estão no Sertão, sendo a FM Família uma das primeiras a ser legalizada e uma das mais antigas em termos de lutas para legalização no movimento de rádios comunitárias piauienses.

2.1. A cidade de Piripiri

Piripiri é uma das cinco maiores conglomerados urbanos do Piauí e é o mais importante município do Sertão Norte do Piauí e o segundo mais importante da região Norte piauiense⁵, a mais rica do Estado.

Segundo o IBGE (2008) o município tem população de 60.249 habitantes (em 1.409 quilômetros quadrados), sendo uma das cidades mais ricas e importantes do Estado, tendo um comércio forte e atualmente um parque industrial de médio porte nascente, além de estar se tornando uma cidade universitária.

Segundo o sitio da prefeitura da cidade⁶ o nome da cidade vem da grafia “periphery”, significando capinzal ou capim-capim, ou junco, que é um arbusto encontrado perto de lagos e lagoas. A cidade foi fundada em 1844 pelo sacerdote Domingos de Freitas e Silva, que foi o primeiro impulsionador econômico da cidade. Localizada em uma área geográfica privilegiada, principalmente por, apesar de ser sertaneja, não sofrer tanto as complicações climáticas. Piripiri passou a ser Distrito de Paz pela Lei 509, de 25 de agosto de 1860. E em 1909 passou a ser município.

Em termos comunicacionais a cidade também é uma das cinco mais desenvolvidas do Piauí, tendo uma emissora de rádio FM convencional, uma emissora de rádio Am convencional, um jornal semanal, mais de cinco sitios jornalísticos. Sendo que boa parte desses meios são ligados às duas correntes políticas que disputam o poder no município há décadas.

⁴ Dados de 21 de abril de 2008.

⁵ Piripiri só perde em termos de importância econômica para a litorânea Parnaíba, segunda mais importante cidade do Piauí. É no Norte do Piauí onde estão os municípios menos miseráveis do Estado.

⁶ www.piripiri.pi.gov.br



2.2. A História da FM Família

A FM Família é a emissora comunitária legalizada de Piripiri e difere não só pelo fato de chegar muito perto à teoria de ser uma verdadeira rádio comunitária, mas também pelo fato de estar online, que a torna única no Piauí entre as emissoras comunitárias legalizadas do Piauí.

Segundo o técnico em eletrônica Luís de Brito Vieira Júnior⁷, mais conhecido por Júnior, diretor e um dos idealizadores da FM Família, para se montar uma rádio comunitária em Piripiri ocorreu uma série de pesquisas e inspirações. A emissora se baseou nos moldes da primeira rádio comunitária do Norte do Piauí, na cidade de Esperantina. Outras cidades do Nordeste que já tinham experiências de rádios comunitárias também foram visitadas. Os idealizadores da FM Família viram que havia condições de se instalar uma rádio comunitária em Piripiri, visto que na cidade existia duas emissoras convencionais (uma AM e uma FM), atreladas à grupos políticos, com uma nítida vocação e atuação comercial. Dezoito instituições, associações e fundações (todas atuantes na zona urbana do município) participaram da fundação da Associação de Rádio Comunitária de Piripiri, escrevendo e registrando estatuto.

A emissora foi ao ar pela primeira vez em 29 de março de 1996, funcionando clandestinamente na torre da Igreja Matriz da cidade. Luís Vieira Júnior conta que foram sete longos anos para a rádio ser legalizada, muitas vezes frequentando corredores da Justiça Federal esperando ser atendido para pedir revisão de posições para que a rádio continuasse no ar.

Por cinco vezes as liminares expedidas pela Justiça para garantia do funcionamento da FM Família foram cassadas e a rádio fechada. Cada fechamento trazia brigas, confusões e truculência dos fiscais da Anatel. Em uma das tentativas de se fechar a rádio tentou-se arrombar a porta da Igreja Matriz que na época abrigava em sua torre o estúdio e o transmissor da rádio. O arrombamento só não ocorreu porque a porta foi fechada e trancafiada por dentro.

O diretor conta que as vezes tentava-se fechar a FM Família mais de uma vez em um mesmo mês. Nas muitas das tentativas frustradas de fechamento a Anatel só desistia porque a comunidade era mobilizada fazendo protestos e tentando impedir, via barricadas ou cordões humanos, a ação do órgão fiscalizador. Quando a Anatel

⁷ Entrevista feita em 11 de outubro de 2007.



conseguia fechar a emissora horas depois a população se reunia e colocava a FM Família para funcionar novamente.

Após confusões e lutas (dezenas) em Piripiri, processos, liminares e multas (quase uma dezena de cada um) em Teresina, e reuniões até com o ministro das Comunicações do Governo FHC, Sérgio Mota, os diretores da FM Família conseguiram a legalização da rádio. Luiz Júnior diz que a luta da comunidade foi crucial para a legalização, mas que também se não fosse a ajuda de deputados amigos, como Simplício Mário (PT) e Nazareno Fonteles (PT), que encamparam pessoalmente a luta, a legalização hoje não seria uma realidade, pois havia luta, havia história, mas em Brasília ter um deputado ou político amigo abre-se muito as portas na capital federal.

O nome Família foi fruto da eleição para e escolha do nome durante os primeiros anos de funcionamento na emissora. Três nomes foram finalistas: Família, Vida e Esperança. O diretor diz que Vida era nome ótimo, mas tinha muitas outras emissoras homônimas. Família não existia nenhuma. A idéia foi para que a família fosse vista como uma instituição importante. Pode ter tudo, mas se não tiver família com base, é difícil. Família o tempo todo é bom, mesmo com todos os problemas naturalmente que existem, mas falar os problemas e saídas da família.

Luiz Vieira Júnior diz que a FM Família hoje é uma rádio com programação saudável, tendo falhas porque é feita por humanos, mas tem-se boa vontade de se veicular programação para quem ouve em todos os sentidos: notícias, músicas, não se tocando músicas de duplo sentido e esculhambadas.

É meta de fazer rádio trazendo lazer e diversão, bem como educação e informação. O diretor diz que as notícias ali veiculadas não são colocadas, nem compradas, manipuladas, mas sim veiculam-se notícias que as pessoas vão querer ouvir e refletir, tendo o rádio como uma companheira. Procura-se diversificar atendendo todos os gostos, mas no todo valoriza-se a ética, a instituição familiar, os bons princípios, a moral e a família, respeitando a religiosidade do povo.

Perguntado como a rádio se mantém o diretor diz que com muitas dificuldades, pois trabalha-se com o máximo de economia, não havendo investimentos porque não existe sobras de caixa. O principal apoiador financeiro da FM Família da rádio é a Igreja Católica de Piripiri (principalmente as entidades ligadas às congregações franciscanas) que cede o confortável prédio onde funciona a emissora, que tem dois modernos e espaçosos estúdios, todos informatizados e interligados na Internet. A rádio comunitária legalizada de Piripiri é uma das emissoras mais estruturadas de todo o Piauí em termos



de equipamento e sede. Outras entidades se responsabilizam pelas contas de água, energia, telefone e Internet da emissora.

A rádio hoje tem quatro locutores fixos (que fazem base) para os mais de 30 locutores que ajudam nos programas. A FM Família hoje não cobre toda a área do município de Piripiri, que tem localidades distantes até 40 quilômetros da sede. A emissora chega a um raio de oito quilômetros, cobrindo toda a zona urbana e metade da zona rural, pois os membros da rádio temem aumentar sua potência e sofrer complicações com a Anatel. Luiz Vieira Júnior diz que a comunidade de Piripiri participa na rádio telefone (com 50 ligações em média por dia), além de cartas ele diz vir diminuindo, bilhetes e hoje e-mails, onde se pede música e se manda avisos. As visitas aos estúdios não são estimuladas.

A participação coletiva existe através do espaço aos movimentos sociais da cidade. Hoje 32 entidades têm espaço e programas específicos da grade da FM Família.

Indagado se acha que a FM Família é comunitária Luís Vieira Júnior diz que sim, apesar de ter sido inculcada uma mentalidade errada nas pessoas do que é uma rádio comunitária. Ele destaca que todas as rádios deveriam ser comunitárias, pois deveriam mudar pela força do povo. Ele diz que a rádio comunitária hoje em dia é aquela que dá espaço de forma organizada para as entidades que representem a comunidade, dando espaço para que o povo fale e seja ouvido e que possa ser modificada em benefício da comunidade, com programação tem de servir em termos de música, notícias os moradores da comunidade.

O diretor da FM Família diz que o que antes era considerado como algo utópico, extremamente perfeito e feito por extraterrestres perfeitos não é mais considerado como ideais das emissoras comunitárias, pois se erra, mas esta-se disposto a acertar. As rádios comunitárias na visão dele não é mais puritana, mas sim uma entidade constituída, se falando inclusive de política, de todos os assuntos.

Luiz Vieira Júnior avalia que atualmente os que fazem a FM Família estão felizes com o que é a rádio, pois a luta foi grande, dolorosa, gratificante e hoje a emissora cumpre e honra no que foi programado desde sua concepção. Ele critica a Lei 9.612 (que regulamenta o serviço de rádios comunitárias no Brasil), classificando-a como preconceituosa, limitadora, sufocante, que só continua a fazer rádio porque tem muito amor por esse tipo de serviço, pois após uma emissora comunitária ser autorizada não é fácil continuar mantendo-a. O diretor diz que valeu à pena ter participado do movimento, por mais que alguns tenham se aproveitado apenas em benefício próprio.



2.3. A primeira FM comunitária online do Piauí

A FM Comunitária Família, de Piripiri é o primeiro caso de emissora comunitária (legalizada ou não) do Piauí na Internet.

Sobre o sitio na Internet o diretor geral da rádio, Luiz Vieira Júnior diz que estar com a programação online na grande rede não é comum nem para as emissoras convencionais. Ele diz que a FM Família inicialmente foi colocada na Internet porque eles gostam de criar, inovar.

A FM Família online está no ar desde 2000, sendo uma das primeiras do Brasil, principalmente no quesito de rádio comunitária online. A principal idéia era levar o som de Piripiri aos piripirienses distantes de sua terra natal. O diretor justifica que muitos piripirienses mandavam e-mails sugerindo que seria muito bom ouvirem a rádio. A idéia contagiou o diretor, que é técnico em informática e o mesmo, particularmente em sua casa e no seu computador pessoal colocou a emissora no ar, construindo e programando ele mesmo o sitio.

De forma simples o sitio consta toda a programação, além da história e de outras informações e links importantes da rádio e de Piripiri.

O diretor da FM Família defende que na Internet, mesmo a emissora sendo comunitária, pode ser captada em qualquer lugar do Mundo. Ele ainda destacou que em termos da transmissão online tem boas respostas, sendo medida a audiência através dos recados enviados ao mural e por e-mail.

O endereço do sitio da FM Família é: **www.fmfamilia.com.br**.

Sobre o paradoxo de uma emissora comunitária estar na Internet Luiz Vieira Júnior diz que a grande rede facilita tudo, porque a rádio comunitária não pode ser micro, isso é preconceito, não pode ser só pequena. Ela sendo comunitária, não é só da comunidade, mas do Mundo, pois para ele é obrigado levar o som da FM Família à toda comunidade piripiriense, disponibilizando o que é transmitido na emissora para a grande rede, pois assim a rádio só tem a crescer, pois alcança outros públicos e esses públicos podem ajudar, criticar e participar, sendo que no fundo termina reverberando para a comunidade territorial.

A FM Família nos traz uma série de boas reflexões e exemplos do que é fazer rádio comunitária no Sertão do Piauí. Sua historicidade, luta e consolidação da legalização nos trazem bons exemplos do envolvimento da comunidade, principalmente das instituições da cidade no processo, além do exemplo seminal da emissora online.

Muito dinâmico o sítio da FM comunitária Família nos traz possibilidades de interação e participação, principalmente do piripiriense não residente.

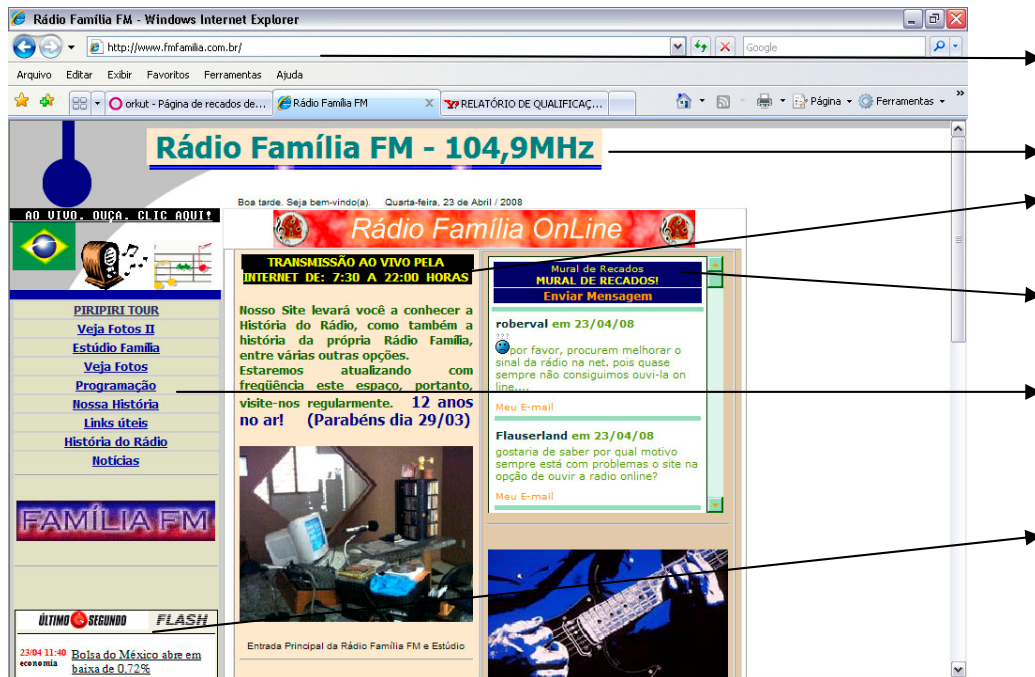


Figura 1 – Home da FM Família. Fonte: www.fmfamilia.com.br

Ao analisarmos o sítio da FM Família notamos uma série de tentativas de participação e de que seja instigado o comunitário, mesmo desterritorializado.

O sítio da emissora de rádio comunitária legalizada da cidade de Piripiri é um sítio de layout simples, porém informativo e participativo. Entre os ainda crescentes sítios de notícias e de notícias transpostas na Rede o da FM Família é moderno e dinâmico, abrindo amplo espaço para o que seus produtores consideram como participação, ou seja, formas que o ouvinte ou o webouvinte podem acompanhar a programação (disponível no sítio) e que funciona on line diariamente das 7h às 22h. A programação online reverbera quase que totalmente a programação da rádio, que é feita diariamente das 6h às 24h.

A conversão do sinal da rádio para a Internet ocorre em uma placa instalada com programa especial conseguido gratuitamente pela Rede, na residência do diretor da rádio Luís Júnior.

Além da programação local, do espaço para recados, que, segundo o diretor, há o recebimento de 20 a 50 recados diários, metade do número diário na programação da emissora. Esses recados são mais de solicitação de músicas e de “alôs”, alguns com reflexões e reclamações sobre a cotidianidade e situação política de Piripiri.



3. Como se dá a desterritorialização da comunidade piripiriense através da FM Comunitária sertaneja Família e seu sitio na Internet

A desterritorialização do local, por mais paradoxal que seja e que haja confirmação de sua existência através de sua transposição para os meios virtuais (principalmente via sitios, blogs, fotologs e grupos virtuais), é benéfica, principalmente no sentido comunicacional, visto que, em sua própria essência, a comunicação social existe como instrumento de socialização, sociabilização, de cultura, de melhorias, dentre outros benefícios sociais. Os meios de comunicação são instrumentos do local e da possibilidade de desenvolvimento desse local.

Quanto mais canais e quanto mais ecos esses meios de comunicação tiverem, mais positivo, mais reflexivo, mais crítico e mais dinâmico pode ser, conquistando mais corações e mentes, em prol da verdadeira comunicação social e de uma sociedade igualitária ou, no mínimo, de uma sociedade mais pluralista.

Ao abrir mais canais e por reforçar o próprio local a desterritorialização traz passos desenvolvimentistas, principalmente no Sertão do Nordeste (região historicamente pobre e deserdada de atenção pública), onde está inserida a cidade de Piripiri, ainda pobre e com pouco acesso à Internet ou acesso público para finalidades ainda não reflexivas, quebra-se a hegemonia de uma comunicação da elite, apenas com uma visão elitista, sem cunho local e de formação e transformação no local, mesmo fisicamente compondo esse local.

A desterritorialização da comunicação através dos meios online nos traz um paradoxo ainda maior quando se trata de rádios comunitárias, principalmente uma emissora legalizada, ainda em franca expansão, como é o caso da FM Família. Pois estar na Grande Rede, principalmente de maneira online, em vez de dividir a atuação das associações mentoras do projeto de emissora comunitária, multiplica o comunitário, com novos canais e novas inserções comunicacionais, inclusive para essas próprias associações e entidades comprometidas com a comunidade.

Por isso que os paradoxos da desterritorialização são benéficos e reflexivos e não é porque uma emissora seja eminentemente local que ela deva reverberar apenas essa local ou o mais micro, que caracteriza-se como comunitário. Essa visão é compartilhada e defendida pelo diretor da emissora Luís Júnior, idealista da transposição da rádio para a Internet e a desterritorialização da FM Família para a Grande Rede.



Esse comunitário-local e até o regional pode ser mais que benéfico e ganhar mais espaço e mais compreensão de luta (um dos grandes objetivos e razões de ser desse tipo de rádio), visto que a desterritorialização midiática, além de reverberar as idéias em outros canais ajuda a difundir os ideais desse comunitário-local.

Com a emissora na Internet aumenta-se a possibilidade de participação, antes restrita apenas a uma parte da cidade de Piripiri, visto que, por respeito à Lei 9.612/98, que regulamenta o serviço de rádios comunitárias no País esse tipo de emissora não pode ultrapassar muitos quilômetros de distância de alcance, sendo que sua transposição para a Internet não só aumenta o espectro geográfico de atuação, mas também traz novos canais, novas formas de participação, além de estar presente para a comunidade piripiriense que, mesmo não territorialmente está localizada no município, participa como forma de pertencimento, visto que nutre laços familiares e fraternais naquela comunidade e localidade.

A onda de desterritorialização das emissoras de rádio comunitária do País (principalmente as legalizadas) na Internet ainda é pequena, mas tende a crescer, principalmente pelo caráter de novas idéias que podem ser trazidas.

As próprias ondas das emissoras de rádio não podem ser podadas e o conservadorismo de quem acha que haverá uma desvalorização do local tende a esquecer a história e a importância da interação desses meios de comunicação social.

Na FM Família a participação após a onda de desterritorialização só tende a aumentar, principalmente porque o espaço virtual é menos efêmero em termos de mensagem do que o espaço radiofônico. A participação pode ser podada por conta ainda do não acesso de parte da população, mas, com a união da participação convencional os canais, novamente, só aumentam e beneficiam o receptor.

Esse fator de desterritorialização da FM Família não é uma aventura, visto que tem quase o mesmo tempo de existência da emissora de rádio física.

O exemplo da FM comunitária legalizada Família, de Piripiri, no Sertão Norte do Piauí, nos é emblemático e seminal, sendo uma idéia a ser refletida cada vez mais, principalmente mostrando que a razão de ser local, mesmo desterritorializado só aumenta e ganha adeptos, nos rádios convencionais, ou via novas tecnologias e quando essas novas tecnologias são utilizadas para o bem e para a reverberação dos interesses coletivos mostra sua razão de ser, mesmo ainda sendo de difícil acesso para uma parcela da população.



Referências

BAHIA, Lílian. **Rádios Comunitárias**. In MARQUES DE MELO, José; GOBBI, Maria Cristina; SATLER, Luciano. *Mídia Cidadã – Utopia Brasileira*. São Bernardo do Campo: Editora UMESP, 2006.

COGO, Denise Maria. **No Ar...Uma Rádio Comunitária**. São Paulo: Paulinas, 1998.

COGO, Denise Maria; PERUZZO, Cicília Maria Krohling (orgs). **Vozes Cidadãs – Aspectos Teóricos e Análises de Experiências de Comunicação Popular e Sindical na América Latina**. São Paulo: Angellara Editora, 2004.

COUTINHO, Eduardo Granja; PAIVA, Raquel. **Escola Popular de Comunicação Crítica: uma experiência contra-hegemônica na periferia do Rio de Janeiro**. Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação. Disponível em: <www.compos.com.br/e-compos>. Acesso em: 30 jan.2008.

CORDEIRO, Paula. **Rádio e Internet: novas perspectivas para um velho meio**. Lisboa: Biblioteca Online de Ciências da Comunicação. Disponível em: <www.bocc.ubi.pt>. Acesso em 15 de fevereiro de 2008.

FERRARETO, Luiz Artur. **Rádio – o Veículo, a História e a Técnica**. Porto Alegre: Sagra Luzzato, 2001.

FM Comunitária Família. **Sítio da emissora**. Disponível em <www.fmfamilia.com.br>. Acessos em 15 de janeiro de 2008, 15 de fevereiro de 2008, 15 de março de 2008.

GOMES, Ana Luísa Zaniboni. **Na boca do rádio – o radialista e as políticas públicas**. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, Oboré, 2007.

LÓPEZ VIGIL, José Ignacio. **Manual Urgente para radialistas apaixonados**. São Paulo: Paulinas, 2003.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Dados das cidades brasileiras – Piripiri (PI)**. Disponível em: <www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>. Acesso em 15 de abril de 2008.

MANSANO, Fábio Augusto. **Para uma leitura crítica das rádios comunitárias**. Porto Alegre: Intercom, CD-Rom do XVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2004.

MCLEISH, Robert. **Produção de Rádio – Um Guia Abrangente de Produção Radiofônica**. São Paulo: Summus, 2001.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES. **Rádios comunitárias legalizadas do Brasil**. Disponível em: <www.mc.gov.br>. Acesso em 21 de abril de 2008.

PAIVA, Raquel. **O Espírito Comum – Comunidade, Mídia e Globalismo**. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.

PERUZZO, Cicília Maria Krohling. **Participação nas rádios comunitárias no Brasil**. BOCC – Biblioteca Online de Ciências da Comunicação. 1998. Disponível em: <www.bocc.ubi.pt> Acesso em: 20 de janeiro de 2008.

PERUZZO, Cicília Maria Krohling. **Rádio comunitária na Internet: empoderamento social das tecnologias**. Porto Alegre: Revista Famecos. No 30, agosto de 2006.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRIPIRI. **História da cidade de Piripiri**. Disponível em: <www.piripiri.pi.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=292&Itemid=68>. Acesso em 12 de abril de 2008.

SANTORO, Luiz Fernando. **Rádios Livres: o Uso Popular da Tecnologia**. São Bernardo do Campo: Revista Comunicação e Sociedade, nº 06, setembro, ano III, 1981.